

**MEDIDA PROVISÓRIA 1031, DE 2021
EMENDA MODIFICATIVA**

Art. 1º. Os artigos 3º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória 1031, de 2021, passam a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 3º

.....

V-

.....

b) revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas das Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, cujos contratos de concessão são afetados por esta Medida Provisória, diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio de sua subsidiária Ele tronorte

.....

d) revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas da Eletrobras CGT Eletrosul, cujos contratos de concessão são afetados por esta Medida Provisória, diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio de sua subsidiária Eletrobras CGT Eletrosul.

.....” (NR)

“Art. 6º Constituirá obrigação das concessionárias de geração de energia elétrica localizadas na bacia do Rio São Francisco cujos contratos de concessão sejam afetados por esta Medida Provisória, para o cumprimento da medida de que trata a alínea "a" do inciso V do caput do art. 3º, o aporte de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) anuais, pelo prazo das outorgas de que trata o art. 2º, atualizados pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo, a partir do mês de assinatura dos novos contratos de concessão.

.....” (NR)

“Art. 7º Constituirá obrigação da concessionária signatária do Contrato de Concessão nº 007/2004-Aneel-Eletronorte, observado o disposto no caput do art. 1º, para o cumprimento da medida de que trata a alínea "b" do inciso V do caput do art. 3º, o aporte de R\$ 295.000.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões de reais) anuais, pelo prazo das outorgas de que trata o art. 2º, atualizados pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, ou



por outro índice que vier a substituí-lo, a partir do mês de assinatura do novo contrato de concessão.

.....”

“Art. 8º Constituirá obrigação das concessionárias de geração de energia elétrica localizadas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas cujos contratos de concessão são afetados por esta Medida Provisória, para o cumprimento da medida de que trata a alínea "c" do inciso V do caput do art. 3º, o aporte de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) anuais, pelo prazo das outorgas de que trata o art. 2º, atualizados pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo, a partir do mês de assinatura dos novos contratos de concessão.

.....” (NR)

Art. 2º. Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Constituirá obrigação das concessionárias de geração de energia elétrica localizadas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas cujos contratos de concessão são afetados por esta Medida Provisória, para o cumprimento da medida de que trata a alínea "d" do inciso V do caput do art. 3º, o aporte de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) anuais, pelo prazo das outorgas de que trata o art. 2º, atualizados pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo, a partir do mês de assinatura dos novos contratos de concessão.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda pretende tratar todas as bacias hidrográficas atingidas no processo de desestatização desta medida provisória por todo período de outorga dos empreendimentos. Estas bacias pertencem ao Sistema Interligado Nacional e, portanto, a criticidade do uso dos recursos hídricos de uma bacia reflete umas nas outras. Destacando-se quando a escassez do recurso hídrico numa bacia ocasiona o envio de blocos de energia entre os subsistemas regionais.

Por essa razão, pedimos o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação da emendaSE

Sala das Sessões em

SENADOR PAULO ROCHA

PT/PA

